

Salvador recebe o projeto Caixa Mais Brasil

BANCO Os baianos ganharão, durante os próximos 30 dias, um pacote de vantagens especiais para contratação de crédito, financiamento imobiliário, investimentos em projetos de infraestrutura e agronegócio. A iniciativa faz parte do programa Caixa Mais Brasil. Dentre as condições especiais estão, por exemplo, desconto de 30% no cheque especial para micro e pequenas empresas, além de redução da taxa de juros da linha de Financiamento de Máquinas de 2,15% ao mês para 1,50% ao mês.

Já as pessoas físicas contarão com taxas reduzidas nos principais convênios de consignado da região, além de descontos em convênios nacionais. As vantagens também incluem taxas a partir de 1,18% a.m. para retenção e prospecção de portabilidade do consignado. Para crédito pessoal, a Caixa oferece taxas a partir de 0,99% a.m.

O agronegócio também possuirá taxas a partir de 6% a.a. O tempo de avaliação de imóveis também cairá de seis para três dias e avalia-



ACM Neto se reuniu com o presidente da Caixa, Pedro Guimarães

ções de empreendimentos serão realizadas em 20 dias.

Estas e outras vantagens foram apresentadas, ontem, em Salvador, pelo presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães. "O Mais Brasil abrange todo o estado. Durante os próximos 30 dias, nós teremos taxas menores para os nossos clientes", disse.

Ele ainda falou sobre o programa Caixa Azul, lançado na última terça-feira, que

busca quitar dívidas de clientes com desconto. Na Bahia, 160 mil pessoas físicas e 21 mil micro e pequenas empresas serão beneficiadas com a possibilidade de redução de 40% a 90% no valor das dívidas. O desconto varia conforme o tipo de crédito contratado e o tempo de atraso.

Em sua passagem por Salvador, Guimarães se reuniu com o prefeito ACM Neto para discutir novos projetos

e investimentos. "O objetivo da visita é ter uma conversa mais próxima, avaliar potenciais negócios, discutir a questão do BRT, obras de infraestrutura, além da questão da cultura, a habitação na região próxima ao Centro Histórico, restauração de igrejas, além de esportes para a população carente. A reunião foi muito boa", afirmou o presidente da Caixa.

Após a reunião, o prefeito ACM Neto disse que o encontro foi proveitoso e que foi discutido futuros investimentos para a cidade de Salvador. "Discutimos com o presidente da Caixa um conjunto de projetos que existe em parceria com o banco. Falamos do BRT, inclusive da terceira etapa do projeto. Nós falamos também sobre o contrato de financiamento pelo Finisa (Fomento à Infraestrutura e ao Financiamento) para diversas obras viárias na cidade. São projetos estruturantes que a prefeitura está procurando implementar. Considero este encontro muito positivo e a prefeitura está muito animada com essa perspectiva de ampliação da parceria com o banco", diz.

JÚLIA VIGNÉ

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 3,925	R\$ 3,925
Dólar Turismo	R\$ 3,903	R\$ 4,077
Euro Turismo	R\$ 4,327	R\$ 4,56

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	97.030,32	-0,44%

POUPANÇA

T/6/2019	0,375%
----------	--------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 998

INFLAÇÃO

	Abril	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,57%	2,09%	4,94%
INPC/IBGE	0,60%	2,29%	5,07%
IGP-M/FGV	0,92%	3,10%	8,64%

BNDES PAGA R\$ 30 BI AO TESOURO

Banco Com o pagamento antecipado efetuado ontem ao Tesouro Nacional de R\$ 30 bilhões, o BNDES acumula, desde dezembro de 2015, R\$ 340 bilhões de dívidas com a União que foram pré-pagas. Ainda ao longo deste ano, serão pagos mais R\$ 23 bilhões.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Risco ambiental atinge a economia

Investidores de um país europeu procuraram uma autoridade brasileira da área econômica. A primeira pergunta não foi sobre a questão fiscal, mas sim sobre o meio ambiente. Queriam saber que garantias o Brasil daria de respeito às leis ambientais. Disseram que olham com extremo cuidado esse assunto, tanto que nunca investiram na Vale porque não sentiam confiança na governança da empresa nessa área e hoje sabem que acertaram. Contaram que os investidores de seus países querem saber exatamente que tipo de prática suas aplicações estão estimulando.

A reunião que houve na segunda-feira, 27, entre o ministro Ricardo Salles e os embaixadores da Noruega e da Alemanha foi constrangedora. Eles pediram dados concretos que justificassem as suspeitas levantadas pelo ministro sobre a direção do Fundo Amazônia, e ele respondeu com críticas genéricas. Eles não têm ingerência no dinheiro, mas a estrutura de governança foi amarrada no contrato. O ministro, ao desmontar o conselho, pode ter quebrado esse contrato. Há neste momento, segundo uma fonte que acompanha as conversas, per-

plexidade e pessimismo entre os noruegueses. Se os financiadores recuarem, os governos estaduais sentirão falta desse dinheiro instantaneamente. Há secretarias de meio ambiente, como as do Pará e do Acre, cuja maioria dos projetos é financiada pelo Fundo Amazônia.

Por diversas formas esse comportamento destruído na área ambiental pode afetar a economia. O presidente Jair Bolsonaro pode dizer que não enganou ninguém e que seu projeto na campanha era inclusive o de acabar com o ministério setorial. Porém, o governo não está entendendo que suas decisões ambientais afetarão a economia.

O ministro Ricardo Salles testa o meio ambiente, nunca ti-

na ido à Amazônia e é adepto fervoroso do centralismo estatal. Seus atos invertem o lema da campanha de Bolsonaro e impõem mais Brasília e menos Brasil nos conselhos ambientais. O que fez no Conama gerou protestos e poderá levar a ações na Justiça, mas o que está fazendo no Conselho Orientador do Fundo Amazônia pode levar o país a perder dinheiro grande.

O senador Flávio Bolsonaro apresentou um projeto tão estupidamente radical que seria cômico se não fosse grave. Quer acabar com toda a reserva legal nas fazendas. Só para setar uma ideia: 80% da Mata Atlântica estão nas reservas legais. Cumprida à risca, isso acabaria com o que resta do bioma que protege a vida na região onde moram

70% dos brasileiros. Cento e dezesseis pesquisadores da Embrapa assinaram um documento mostrando os riscos à produção agrícola e à vida se essa proposta for aprovada. A primeira lei que criou a reserva legal é de 1934. O senador Flávio Bolsonaro quer um retrocesso de 85 anos. O passado que esse governo busca é bem pretérito.

Quem é atualizado sabe que a proteção ambiental deixou de ser, há muito tempo, um assunto de nicho. Hoje o termo "ambientalista" vai muito além da sua concepção original. Gestores de dinheiro de investidores, como os citados no início desta coluna, não perguntam sobre meio ambiente por ativismo. Os donos do dinheiro que administram não querem investir em países e ne-

gócios que significam risco ambiental.

Há óbvio risco de barreiras às commodities brasileiras. Se o ruralismo não reagir a tempo e com visão estratégica, o setor vai sentir o impacto. Mas vai além do agronegócio. Um país que se isola, e vira um pária na questão ambiental e climática, é uma economia vulnerável. Os investidores de qualquer área estão neste momento de olho em cada um dos movimentos do governo.

O documento dos pesquisadores da Embrapa explica pacientemente como a reserva legal eleva a produtividade das fazendas e diz que fizeram a nota pelas "numerosas discussões recentes no contexto das propriedades rurais". Segundo eles, a relação entre polinização e controle biológico por insetos com a produção é direta: "Levando-se em conta os dados da produção de 2012, a polinização mediada por insetos foi responsável por 30% da produção de 44 culturas brasileiras."

O governo Bolsonaro brinca, por ignorância, com coisa séria. E ignorará muito mais consequências do que consegue perceber na sua curta visão ideológica.